

O papel da Universidade na política de combate à Fome

Ao buscar contribuir com o debate sobre o papel da Universidade no combate à fome, este ensaio chama a atenção para ações que visem não apenas intensificar a Extensão Universitária, na abordagem multidisciplinar do desenvolvimento sustentado da sociedade goiana, mas também se volta, sobretudo para a necessidade de implementar mecanismos de avaliação das políticas sociais com tal propósito.

Tentativas de inferir quanto a possíveis formas de controle dessa síndrome de sintomas múltiplos, assim como de otimizar os resultados dos esforços para combatê-la, através da melhor focalização de seus beneficiários, passam necessariamente pelo controle efetivo das etapas dos processos por toda a comunidade. A universidade tem a missão explícita de participar da liderança desse debate.

O desenvolvimento sustentado da sociedade, além da dimensão temporal, visando ao bem-estar da atual e futuras gerações, supõe a melhoria da vida, nas suas implicações social, econômica e ecológica. O contexto da vida humana, direitos e compromissos extrapolam possibilidades de soluções simples. Há que se contar com a participação de todos e a universidade deve assumir o papel de liderança nesse processo de discussão e formação de opinião sobre esses intrincados problemas que nos afligem.

A análise do processo de implementação de políticas e programas sociais constitui uma exigência fundamental à sua compreensão, na medida em que lança luz sobre os múltiplos aspectos da execução dessas políticas e programas que não podem ser captados por outros tipos de avaliação. Esta análise poderá servir ainda de monitoramento e acompanhamento de um conjunto de indicadores realizados no curso do processo de implementação e execução de programas.

Uma das críticas constantes à implementação de políticas sociais no Programa Avança Brasil é a ausência quase total de metodologias para a avaliação dos processos em implementação. As avaliações, ainda que previstas, constituem menor prioridade.

Nos meios acadêmico e de pesquisa não se pode dizer que não tenham ocorrido avaliações, mesmo porque todo o processo longo de planejamento estratégico conduziu a

avaliações individuais (às vezes distorcidas por quantificar mais que qualificar) que buscaram envolver os diversos grupos (professores, pesquisadores, técnicos, pessoal de apoio), além das análises de efetividade de processos.

Enquanto isso, como usuários potenciais das tecnologias geradas, foi possível exercitar metodologias e análises de impacto socioeconômico, a exemplo de tecnologias, enfocando aspectos sociais (distribuição etária, escolaridade, condição no emprego etc), além dos indicadores econômicos, vinculados à análise de custo-benefício do emprego de determinada tecnologia, quando empregada em propriedades empresariais e familiares (TEIXEIRA et al., 1989, 1991, 2002).

Toda a experiência com avaliação de indicadores econômicos (produtividade, nível de emprego, renda das atividades) utiliza indicadores sociais que precisam não apenas ser mais bem especificados, mas principalmente "acompanhados", permitindo avaliações longitudinais.

A avaliação de impactos de políticas sociais não poderá prescindir de seus aspectos qualitativos, envolvendo opiniões dos diversos atores sociais – beneficiários diretos ou não das políticas. Quanto mais localizada, o que implica custos altos, e direcionada ao beneficiário direto, maior a chance de inferências seguras. Análises estatísticas, paramétricas ou não constituem instrumentos importantes para quantificar tais efeitos. Mais importante, mesmo nesse contexto, são os estudos amostrais, estatísticos ou de casos, que descrevam situação predominante na população analisada.

A definição do público-alvo da pesquisa é de fundamental importância, mas sua magnitude, na dimensão continental de nosso país, parece tornar inviáveis abordagens muito abrangentes. Estudos recentes vêm mostrando a possibilidade de inferências seguras, apenas por critérios de comparação entre grupos, tornando as estatísticas aplicáveis e promovendo análises comparativas entre diversos grupos, muito úteis para inferir os diferentes efeitos das políticas ou programas sociais (MONITORAMENTO...2002).

A vantagem dessa abordagem é reforçada pela possibilidade de repetir no tempo o acompanhamento dos indicadores estudados e de discutir sua evolução, entre grupos e dentro dos diversos grupos sociais previamente caracterizados.

Também a análise dos processos, conforme previstos na implementação das políticas se beneficia, no conjunto da avaliação, não apenas por poder acompanhar tais ações mas também por quantificar seus produtos e impactos. Um esforço adicional na análise dos economistas quanto à avaliação de produtos da política refere-se aos custos de tais ações. Constitui tarefa apenas possível, se contar com a vontade política de implementar tal esforço. Em qualquer evento, é necessário estar ciente de que uma avaliação de impactos não pode definitivamente prescindir de estudos de custo-efetividade.

Quaisquer dessas abordagens, além de localizadas, tanto quanto possível, devem conter características *ex-ante* assim como *ex post*, referindo-se a análises antes e depois das ações. Análi-

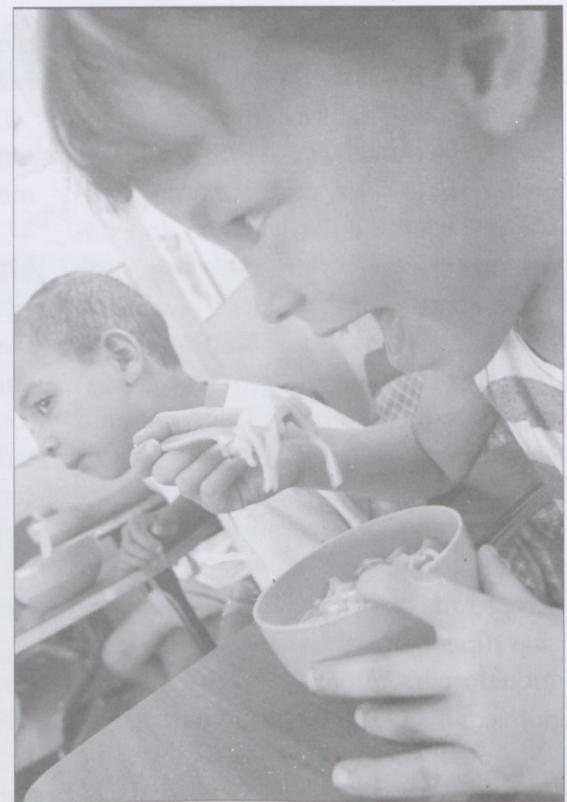


Foto: CEDOC/DM

ses *ex ante* constituem simulações baseadas em objetivos e metas devidamente quantificados e servem de ponto inicial da avaliação. As análises de impacto *ex post*, além de realizadas em avaliações longitudinais de monitoria e acompanhamento, devem contemplar anos subsequentes à finalização das ações. Portanto, não se deve questionar a exatidão de tais impactos, a não ser que análises detalhadas dos efeitos sobre os diversos grupos de comparação estudados sejam possíveis – dentro, entre e no tempo, beneficiários e não-beneficiários de diferentes classes sociais e de renda.

Nesse sentido, a avaliação dos impactos socioeconômicos de políticas, programas e tecnologias tem papel preponderante no seu redesenho com vistas a contribuir de forma efetiva e eficaz com seus propósitos de oferecer melhores condições de vida a todas as camadas sociais, permitindo seu contínuo, progressivo e sustentável desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- TEIXEIRA, S.M. *Avaliação Socioeconômica das Pesquisas da EMBRAPA na Região Centro-Oeste*. Brasília: EMBRAPA-DPL, 96p (EMBRAPA-DPL, 1989. Documentos, 9).
- TEIXEIRA, S.M. et al. *Agricultura de Subsistência da Produção de Arroz, Experiência no Maranhão*. Goiânia: EMBRAPA/CNPAF, documento, 1991. 36p.
- TEIXEIRA, S.M.; QUINDERE, M.A.W; MELO, R.N; SOARES, D.M. A. *Produção de Caupi no Ceará: Implicações Empíricas da Adoção de Tecnologias Melhoradas*. EMBRAPA/CNPAF. Goiânia, 1991. 30p (EMBRAPA/CNPAF, Documentos, 37).
- MONITORAMENTO dos Programas de Bolsa Escola em Goiás. *Relatório para MEC e PNUD*. Brasília, 2002.